

Entre expectativas e realidades

Fernando Jorge Cardoso

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa constitui, desde 1996, o quadro institucional da lusofonia, abarcando um conjunto de países com afinidades históricas e culturais significativas, mas também com realidades políticas, económicas e sociais diversas. Se uma maior concretização dessas afinidades ainda tarda, importa analisar vias possíveis para o reforço da concertação político-diplomática e para a afirmação internacional dos Estados que a constituem.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tem constituído, a partir da sua formação em 1996, um dos quadros institucionais em que os respectivos membros se inserem na esfera internacional. A partilha de um mesmo idioma e a existência de afinidades históricas significativas são, para além de relações económicas bilaterais, com algum significado entre Portugal e alguns dos parceiros, os pontos fortes definidores da Comunidade. Estes pontos fortes coexistem, contudo, com realidades e contextos bastante diversos.

Essa diversidade só parcialmente é percebida pelos interlocutores, verificando-se grandes lacunas no conhecimento recíproco e nas percepções da vida política, económica, cultural e social dos países constitutivos da Comunidade. Na verdade, a língua comum, elemento central de coesão e identidade da CPLP, não basta, por si só, para afirmar uma nova entidade internacional com objectivos políticos e de cooperação.

A CPLP é criada quase dois séculos após a emancipação do Brasil, e ao cabo de duas dezenas de anos das independências dos países africanos. Timor-Leste acabou por ser um elemento de reforço da Comunidade, pelas circunstâncias, e pelo forte apoio dos Sete, da independência. O período de tempo entre independências e formação da CPLP permitiu um importante distanciamento entre o antigo colonizador, Portugal, e os restantes países.

Por sua vez, a natureza da economia portuguesa, essencialmente integrada na União Europeia e pouco vocacionada para relacionamentos de cariz neocolonial, e o importante papel desempenhado pelo Brasil – corporizado em figuras públicas que desempenharam

um papel de charneira, como o embaixador José Aparecido de Oliveira – são outros factores que marcam a organização desde o seu início.

Assim, a CPLP não é um émulo da Commonwealth ou da Francofonia. Ela também não é, e nem deve esperar vir a ser, um organismo de integração regional, mesmo na sua forma mais simples de zona de livre comércio, não só pela dispersão geográfica mas também pelas profundas clivagens entre as respectivas economias. Nesta ordem de ideias, as expectativas sobre a Comunidade devem ser continuamente repostas em níveis realistas, não demasiado ambiciosos.

Na verdade, a multiplicidade de discursos e afirmações de desencanto sobre o papel e a importância da CPLP – salientando o seu lugar secundário na agenda de cada um dos países membros ou na cena internacional, ou focando a fraqueza de relações comerciais e de investimento recíprocas – acabam por expressar posições críticas relativas a expectativas e não a realidades ou sequer a objectivos.

A diversidade de situações que distingue cada um dos países membros, tanto no que respeita às questões internas como às regionais, ajuda a melhor enquadrar as diferentes prioridades de agenda política dos diversos parceiros.

No caso de Portugal, a CPLP aparece comumente referenciada nos discursos políticos como a segunda ou terceira prioridade, a seguir ao processo de integração europeia e, conforme as opiniões, ou antes ou logo após o reforço das relações transatlânticas. Porém, a prioridade institucional CPLP acaba por ser submergida quer pelos subconjuntos em que a Europa ou o eixo transatlântico se dividem, sejam eles relativos à integração e cooperação ou aos parceiros, com destaque à Espanha, à Alemanha, por um lado e aos EUA, por outro, quer pelos dossiers das relações bilaterais com o Brasil e Angola.

No Brasil, o lugar da CPLP nas prioridades políticas é difuso. Embora tenha, aparentemente, ficado reforçado na agenda externa do actual governo, na verdade as prioridades brasileiras referem-se ao reforço das suas relações com a América do Sul, os EUA, a União Europeia como bloco e a actual tentativa de relançamento de iniciativas de aumento da cooperação política e bilateral com os grandes países do “Sul”. Para o Brasil, a CPLP é mais o somatório de Portugal e Angola que o conjunto dos seus membros.

Em Angola é dificilmente perceptível a prioridade da CPLP. As considerações políticas são de natureza fortemente bilateral, com os EUA e a África do Sul a ocuparem lugar de

destaque. O recente fim da guerra, o contexto regional envolvente e as prioridades de reconstrução e desenvolvimento acabam por colocar em plano secundário o reforço da CPLP, não obstante a importância dada ao relacionamento bilateral com Portugal e o Brasil.

Cabo Verde deverá ser, porventura, o país onde a prioridade à CPLP se encontra mais acentuada. A natureza da sociedade cabo-verdiana e da sua diáspora explicam parcialmente o discurso político favorável e permanente sobre a Comunidade. A decisão de estabelecer neste país o Instituto de Língua Portuguesa contribui também para esta percepção.

Moçambique tem sido consistentemente o país no qual se verifica um maior cepticismo e desinteresse político pela Comunidade, que de certa forma acompanha um relacionamento com Portugal que, do ponto de vista político é bem mais distanciado do que a importância dos fluxos comerciais e de investimento portugueses deixariam adivinhar. Em qualquer caso, mantém-se bem forte em Moçambique a prioridade dada à língua portuguesa não só como língua oficial, mas também como elemento estratégico de identidade regional.

Timor-Leste tem prosseguido uma política de reintrodução do ensino da língua portuguesa, considerada como um dos elementos de identidade nacional e de afirmação regional. É neste contexto que deve ser entendido o reforço das relações com os países da CPLP, designadamente Portugal, o Brasil e, por razões relacionadas com o percurso político recente de parte dos actuais governantes, Moçambique.

Na Guiné-Bissau, o continuado processo de desagregação das instituições do Estado dificulta a percepção de prioridades e de agendas políticas. Porém, a identidade regional do país e, de certa forma, a sua sobrevivência, acabam por manter prioritário o reforço das relações com a CPLP e, designadamente, com Portugal, o Brasil, Angola e, se bem que de forma mais delicada por motivos históricos, com Cabo Verde.

Em S. Tomé e Príncipe, a prioridade à CPLP é pacífica do ponto de vista diplomático. Do ponto de vista económico e da cooperação, se bem que a próxima exploração de petróleo deva modificar substancialmente os dados, as relações com Portugal mantêm-se essenciais.

Esta breve resenha de situações e prioridades é seguramente insuficiente e sem dúvida polémica. De qualquer modo, a CPLP tem sido, desde a sua criação, uma instituição centrada na esfera da língua portuguesa, na concertação de acções internacionais e na promoção de projectos e parcerias comuns. A sua débil expressão institucional acaba por reflectir, na prática, esta realidade.

O enquadramento dos oito países em organizações regionais dispersas não se traduz unicamente em prioridades distintas. Ele constitui também uma oportunidade para o reforço do relacionamento recíproco, desde que tal seja entendido como objectivo desejável – e esta dimensão aparece com alguma relevância nos discursos de analistas e responsáveis políticos e diplomáticos.

Nesta perspectiva, a pertença de Moçambique à Commonwealth ou da Guiné-Bissau à Francofonia são percebidas como factores desejáveis não só para Moçambique como para os restantes membros, e não como factores de concorrência dos “outros” dada a “nossa” fraqueza.

A recente criação de um Conselho Empresarial da CPLP é um elemento agregador e potencialmente favorável para uma maior abertura e conhecimento mútuo – desde que não se caia na tentação de vir a considerar o Conselho como a peça central ou chave nas relações entre os Oito, o que faria disparar expectativas e consequentes frustrações. Este Conselho, ao aumentar o quadro institucional estável da Comunidade, introduz um elemento importante na sua afirmação.

Existem, contudo, mais oportunidades para o estreitamento de relações entre os Oito, no interior ou fora do âmbito da CPLP, que assenta na diversidade de relacionamento entre pessoas e entre uma miríade de organizações culturais, universitárias, desportivas, sociais, religiosas e outras da sociedade civil que preexistem e coexistem com a Comunidade. O conhecimento mútuo e as relações que daí decorrem, embora não enquadráveis no âmbito da CPLP, constituem substracto para a sua existência e, neste sentido, são importantes na análise e nas perspectivas futuras.

É neste contexto mais globalizante que importa iniciar e prosseguir o estudo sistemático das percepções que uns têm dos outros – políticos, académicos, empresários, diplomatas, artistas ou desportistas – poderá contribuir não só para um melhor conhecimento recíproco no seio da Comunidade mas também para melhor enquadrar e gerir expectativas.

Na verdade, a CPLP tem, do ponto de vista dos objectivos expressos e das possibilidades um percurso bastante positivo, não obstante a existência de discursos e percepções que afirmam o contrário e que se explicam não só pela existência de expectativas diferenciadas mas também pelo desconhecimento das situações internas e contextos regionais recíprocos.

Assim, o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais propõe-se desenvolver uma nova iniciativa que possa contribuir, através de um fórum de discussão, para o debate dos assuntos considerados mais relevantes no relacionamento entre os oito países membros da organização e que ajude a perspectivar e contextualizar a evolução das agendas e das prioridades políticas dos diversos membros.